Revista Diversidade e Educação

FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA E A INCLUSÃO DE ATLETAS TRANS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS ACADÊMICAS NA VISÃO DE DISCENTES

FORMACIÓN DE PROFESIONALES DE EDUCACIÓN FÍSICA E INCLUSIÓN DE DEPORTISTAS TRANS: DESAFÍOS Y PERSPECTIVAS ACADÉMICAS SEGÚN LA VISIÓN DE ESTUDIANTES

FORMATION OF PHYSICAL EDUCATION PROFESSIONALS AND THE INCLUSION OF TRANS ATHLETES: CHALLENGES AND ACADEMIC PERSPECTIVES FROM THE STUDENT'S POINT OF VIEW

Carolina Rocha de Oliveira Lima[1]
Mateus Henrique de Oliveira[2]

RESUMO
A inclusão de pessoas trans no esporte tem ampliado debates sobre diversidade de gênero e formação profissional em Educação Física. Este estudo analisou de que modo cursos de Educação Física e Ciências do Esporte têm preparado seus discentes para lidar com a inclusão de pessoas trans no contexto esportivo. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de caráter descritivo-exploratório, utilizando dados quantitativos descritivos complementares. Participaram do estudo 37 estudantes de duas instituições do interior paulista, e a coleta de dados ocorreu por meio de questionário semiestruturado online. Os dados foram analisados com base na Análise Temática. Os resultados evidenciaram lacunas significativas na formação inicial, marcadas pela superficialidade das discussões sobre gênero e diversidade nas matrizes curriculares, além da permanência de compreensões biologizantes sobre corpo e legitimidade esportiva. Conclui-se que a formação profissional ainda apresenta dificuldades em incorporar perspectivas críticas sobre gênero, diversidade e inclusão no esporte.
PALAVRAS-CHAVE: Educação Física. Formação Profissional. Atletas Trans. Inclusão no Esporte.

[1] Bacharel em Educação Física. Centro Universitário UniEinstein, Limeira, São Paulo, Brasil.
[2] Mestre em Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil.

RESUMEN
La inclusión de personas trans en el deporte ha ampliado los debates sobre diversidad de género y formación profesional en Educación Física. Este estudio analizó cómo los cursos de Educación Física y Ciencias del Deporte han preparado a sus estudiantes para actuar frente a la inclusión de personas trans en el contexto deportivo. La investigación se caracteriza como cualitativa, de carácter descriptivo-exploratorio, utilizando datos cuantitativos descriptivos complementarios. Participaron 37 estudiantes de dos instituciones del interior del estado de São Paulo, y la recolección de datos se realizó mediante un cuestionario semiestructurado en línea. Los datos fueron analizados mediante Análisis Temático. Los resultados evidenciaron vacíos significativos en la formación inicial, marcados por discusiones superficiales sobre género y diversidad en los currículos, además de comprensiones biologicistas sobre cuerpo y legitimidad deportiva. Se concluye que la formación profesional aún presenta dificultades para incorporar perspectivas críticas sobre género, diversidad e inclusión en el deporte.
PALABRAS-CLAVE: Educación física. Formación profesional. Atletas trans. Inclusión en el deporte.

ABSTRACT
The inclusion of trans people in sports has expanded debates on gender diversity and professional training in Physical Education. This study analyzed how Physical Education and Sport Sciences programs have prepared students to address the inclusion of trans people in sports contexts. The research is characterized as qualitative and descriptive-exploratory, using complementary descriptive quantitative data. Thirty-seven students from two institutions in the interior of São Paulo participated in the study, and data collection was conducted through an online semi-structured questionnaire. Data were analyzed using Thematic Analysis. The results revealed significant gaps in initial training, marked by superficial discussions on gender and diversity within curricula, as well as biologicist understandings of the body and sporting legitimacy. It is concluded that professional training still faces difficulties in incorporating critical perspectives on gender, diversity, and inclusion in sports.
KEYWORDS: Physical Education. Professional Formation. Trans Athletes. Inclusion in Sports.

***

Introdução

A sociedade contemporânea foi historicamente estruturada a partir de um padrão normativo branco, machista, racista, heterossexual e classista. O esporte, enquanto expressão cultural dessa sociedade, reproduziu tais estruturas, consolidando-se por muito tempo como um espaço predominantemente masculino (Ana Miragaya, 2007). Contudo, com a ampliação dos movimentos sociais — especialmente os de caráter feminista e os de defesa dos direitos LGBTQIAPN+ —, as dinâmicas esportivas vêm sendo gradualmente tensionadas por novas demandas de inclusão e reconhecimento da diversidade.

Nesse contexto, a presença e a visibilidade de pessoas trans no esporte têm impulsionado debates éticos, científicos e políticos sobre equidade e legitimidade competitiva. Assim como as mulheres, que durante décadas foram marginalizadas e silenciadas no campo esportivo, atletas trans passaram a reivindicar seu direito à prática esportiva em condições de respeito e cidadania, como destacado no trecho a seguir:

> Transsexuais, assim como as mulheres que em outro momento da história foram excluídas e silenciadas, começaram a conquistar espaços e serem visibilizadas dentro do esporte a partir da resistência e inserção de atletas trans em diferentes modalidades esportivas (Juliana Camilo e Katia Rubio, 2019, p. 59).

O esporte, portanto, pode atuar tanto como espaço de exclusão quanto como território de afirmação identitária e pertencimento. No Brasil e no mundo, surgem organizações voltadas à inclusão de pessoas trans em práticas esportivas, como a NIX Diversidade e Economia Social, que busca ampliar o acesso ao esporte pela comunidade LGBTQIAPN+. No âmbito internacional, o Comitê Olímpico Internacional (COI) tem revisado suas diretrizes de elegibilidade para atletas trans, reconhecendo a importância de promover ambientes competitivos mais justos e inclusivos, ainda que persistam controvérsias e resistências (COI, 2023; 2024).

Apesar dos avanços nos debates sobre gênero, sexualidade e diversidade no esporte contemporâneo, a formação inicial em Educação Física ainda incorpora essas discussões de maneira pontual, fragmentada e, muitas vezes, periférica em suas matrizes curriculares. Tal cenário evidencia não apenas a ausência de conteúdos específicos sobre inclusão e diversidade, mas também a permanência de uma racionalidade formativa historicamente orientada por perspectivas técnico-biológicas e normativas sobre o corpo, que tendem a invisibilizar experiências dissidentes de gênero no contexto esportivo.

Considerando que profissionais de Educação Física atuam diretamente na mediação entre esporte, educação e sociedade, torna-se fundamental problematizar como os processos formativos têm produzido conhecimentos, discursos e práticas relacionados à diversidade de gênero. Mais do que uma discussão sobre inclusão esportiva, trata-se também de refletir sobre quais corpos, identidades e experiências são legitimados — ou silenciados — durante a formação profissional.

Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar de que modo os cursos de Educação Física e Ciências do Esporte têm preparado seus discentes para lidar com a inclusão de pessoas trans no contexto esportivo, investigando percepções, conhecimentos,

discursos e limitações formativas relacionados à diversidade de gênero a partir da visão de estudantes de duas instituições do interior do estado de São Paulo.

Discussões sobre pessoas trans no esporte contemporâneo

Historicamente, o esporte moderno foi estruturado sobre bases normativas de gênero e corpo que refletem visões binárias e hierarquizadas da sociedade. A divisão entre categorias masculinas e femininas consolidou-se a partir de discursos científicos e biomédicos que buscaram delimitar fronteiras rígidas entre o que se considerava "homem" e "mulher". Como observa Berenice Bento (2008), tais classificações não são neutras, mas expressam relações de poder que disciplinam os corpos e regulam suas possibilidades de reconhecimento social. Nesse sentido, experiências trans evidenciam tensões entre identidade, corpo e normas de gênero, desafiando interpretações essencialistas fundamentadas no dimorfismo biológico e na heteronormatividade.

Conforme destaca Jaqueline de Jesus (2012), gênero não pode ser compreendido exclusivamente a partir de referenciais biológicos, uma vez que as formas de identificação masculina e feminina são social e culturalmente construídas. A autora diferencia sexo e gênero e define cisgêneros como sujeitos cuja identidade corresponde ao gênero atribuído no nascimento, enquanto pessoas trans vivenciam diferentes formas de deslocamento em relação às normas socialmente estabelecidas. A partir dessa perspectiva, autores dos estudos de gênero e das epistemologias trans têm problematizado a cisnormatividade, entendida como o conjunto de normas que posiciona experiências cisgêneras como naturais e legítimas, enquanto experiências trans passam a ocupar posições de inadequação ou desvio (Bento, 2008; Viviane Vergueiro, 2016).

Essas discussões tornam-se particularmente relevantes no esporte, historicamente organizado por classificações corporais binárias e por mecanismos de vigilância e controle sobre os corpos. Silvana Goellner (2010) argumenta que o corpo deve ser compreendido como construção histórica, social e cultural, constantemente atravessada por normas, discursos e relações de poder. De maneira semelhante Eliane Souza et al. (2021) problematizam o papel dos discursos biomédicos na produção de classificações sobre sexo, gênero e sexualidade, demonstrando como currículos e saberes biológicos frequentemente operam a partir de perspectivas essencialistas e heteronormativas. Nessa direção, Vergueiro (2016) argumenta que categorias como "sexo biológico" funcionam

como dispositivos de naturalização da cisgeneridade, sustentando interpretações binárias sobre corpo e legitimidade.

Assim, problematizar a dimensão biológica sobre os corpos trans não significa negar aspectos fisiológicos envolvidos no esporte, mas reconhecer que interpretações biomédicas também são atravessadas por disputas sociais, políticas e culturais acerca de pertencimento e reconhecimento corporal. Tais questões tornam-se particularmente evidentes nos debates esportivos contemporâneos, nos quais discursos sobre "justiça competitiva" frequentemente mobilizam critérios hormonais e biomédicos para definir quem pode participar legitimamente das categorias femininas.

A construção da noção de "verdade biológica" no esporte consolidou-se historicamente por meio de políticas de verificação sexual aplicadas a atletas mulheres desde meados do século XX. Casos como os de Maria José Martínez Patiño, Caster Semenya e Érika Coimbra evidenciam como o esporte passou a utilizar critérios biomédicos para regular corpos considerados desviantes das normas tradicionais de gênero (Padawer, 2016; Vanessa Heggie, 2010; Eduardo Geraque, 2022; Guilherme Pereira e Paulo Conde, 2021). Embora envolvam experiências distintas — como transexualidade e diferenças de desenvolvimento sexual (DDS) —, tais episódios revelam a permanência de mecanismos institucionais de vigilância e controle corporal sustentados por pressupostos biologizantes sobre feminilidade, legitimidade e desempenho esportivo.

No contexto brasileiro, a presença de atletas trans no esporte de alto rendimento ganhou ampla visibilidade a partir do caso da jogadora de voleibol Tifanny Abreu. Estudos recentes demonstram que os debates públicos em torno de sua participação mobilizaram discursos biomédicos, morais e políticos relacionados à ideia de "vantagem biológica", frequentemente utilizados para justificar posições contrárias à inclusão esportiva (Pedro Castro et al., 2020; Rafael Garcia e Erik Pereira, 2020; Flávio Mariante Neto et al., 2024). Para Agnes Lemos (2024), tais disputas evidenciam que o esporte opera também como espaço simbólico de produção de legitimidades corporais, no qual diferentes agentes disputam quais corpos podem ser reconhecidos como pertencentes às categorias esportivas.

Além disso, Gabriel Coelho e Doiara Santos (2024) demonstram que experiências de atletas trans no esporte são atravessadas por processos de resistência, pertencimento e reivindicação por reconhecimento social. Já Ana Lúcia Santos (2024) observa que recentes políticas de elegibilidade adotadas por entidades esportivas internacionais têm reafirmado critérios hormonais e biologizantes sob o argumento da "proteção da categoria

feminina", mantendo hierarquias entre corpos cis e trans mesmo diante de avanços institucionais promovidos pelo Comitê Olímpico Internacional (COI, 2021).

Esses debates também atravessam o campo da Educação Física. Mariana Santos et al. (2021) argumentam que a formação profissional na área ainda reproduz concepções biologizantes e cisnormativas sobre corpo e desempenho, enquanto Diego Lopes (2021) destaca a permanência de racionalidades técnico-instrumentais que dificultam a incorporação de discussões ético-políticas sobre gênero e diversidade. Da mesma forma, Fabio Zoboli et al. (2025) compreendem a regulação biomédica de atletas trans e intersexo como mecanismo pedagógico e político de normatização corporal, sustentado por modelos historicamente legitimados pelo esporte moderno.

Com base nesses aportes, compreende-se que a inclusão de pessoas trans no esporte ultrapassa discussões estritamente fisiológicas ou regulatórias, envolvendo disputas sociais, culturais e políticas acerca de pertencimento, legitimidade e reconhecimento corporal. Nesse cenário, cabe à Educação Física assumir o compromisso de promover processos formativos capazes de articular ciência, ética e diversidade, contribuindo para a construção de ambientes esportivos mais democráticos, plurais e inclusivos.

Formação profissional em Educação Física e os desafios para a diversidade

A formação inicial em Educação Física no Brasil foi historicamente constituída em diálogo com projetos políticos, pedagógicos e ideológicos que atravessaram o país ao longo do século XX. Seus primeiros modelos institucionais derivaram das escolas militares, que introduziram uma lógica de disciplina corporal, rendimento físico e nacionalismo como princípios centrais para a preparação dos profissionais da área (Marlon Cruz et al., 2019). Nesse contexto, a Educação Física assumiu uma função de intervenção sobre os corpos, orientada pela ordem, pela eficiência motora e pela correção técnica — valores que continuam, de diversas formas, presentes na formação contemporânea.

Com o fortalecimento do esporte de alto rendimento e sua incorporação como símbolo de modernização nacional durante o regime militar, a formação profissional passou a enfatizar ainda mais o modelo desportivo, centrado na seleção dos mais habilidosos, no aperfeiçoamento técnico e na busca por resultados (Cruz et al., 2019). Esse processo consolidou um perfil de professor e treinador cujo prestígio é medido pela

capacidade de produzir desempenho, o que impacta diretamente os modos como corpos são avaliados, hierarquizados e legitimados nas práticas pedagógicas e esportivas.

Paralelamente a esse percurso histórico, a formação profissional estruturou-se sob o predomínio do saber prático e do "saber fazer", frequentemente dissociado de reflexão teórica sistematizada. Diversos autores apontam que as experiências prévias como atleta ou praticante esportivo ainda pesam mais na constituição da identidade docente do que os conhecimentos adquiridos na universidade (Suraya Darido, 1995; Hugo Lovisolo, 1995; Carmen Vieira, 2007; Irene Barros et al., 2012;). Esse quadro produz uma formação híbrida, na qual a intervenção pedagógica se dá menos pela análise crítica e mais pela repetição de modelos corporais e metodológicos historicamente legitimados.

Contudo, o currículo é também um espaço de disputa simbólica e política (Tomaz Silva, 1996; Cruz et al., 2019). As escolhas sobre o que ensinar, como ensinar e quais corpos são reconhecidos como legítimos refletem relações de poder que atravessam a área. Quando determinados modelos corporais são elevados à condição de referência — como o corpo forte, ágil, disciplinado, competitivo e heterossexual — outros modos de viver o corpo tornam-se silenciados, invisibilizados ou desqualificados.

Nesse sentido, discutir currículo implica compreender que a formação profissional não se limita à transmissão de conteúdos técnicos, mas envolve também a produção de valores, normatividades e formas de reconhecimento social. As matrizes curriculares dos cursos de Educação Física participam ativamente da construção de concepções sobre corpo, desempenho, gênero e pertencimento, definindo quais experiências corporais são legitimadas no espaço acadêmico e esportivo.

Assim, a ausência — ou superficialidade — de debates sobre diversidade de gênero na formação inicial não pode ser compreendida apenas como uma lacuna pontual de conteúdo, mas como expressão de um silenciamento curricular historicamente produzido no interior da área. Tal silenciamento contribui para a manutenção de perspectivas biologizantes e cisnormativas, nas quais determinados corpos permanecem posicionados como referência universal para o esporte e para a prática pedagógica.

Essa racionalidade formativa, fortemente ancorada em discursos técnico-biológicos, tende a reduzir o corpo à sua dimensão anatômica e fisiológica, dificultando o reconhecimento de experiências corporais atravessadas por questões sociais, culturais e políticas. Como consequência, temas relacionados à diversidade de gênero frequentemente aparecem de maneira periférica, episódica ou vinculados apenas a

debates considerados “polêmicos”, sem efetiva incorporação aos processos formativos da área.

É nesse ponto que emergem os debates sobre heteronormatividade e cisnormatividade na formação profissional. Pesquisas recentes apontam que os cursos de Educação Física continuam sendo espaços nos quais comentários, vigilâncias e práticas homofóbicas e heterossexistas são naturalizadas, especialmente entre grupos masculinos (Angelita Jaeger et al., 2019; Vagner Prado, 2017; Galdino de Souza et al., 2018). O controle sobre gestos, vestimentas, modos de falar e preferências esportivas opera como dispositivo de regulação de gênero (Candace West e Don Zimmerman, 1987; Prado, 2017). Como consequência, mais do que ensinar técnicas corporais, a formação produz e policia identidades, delimitando quais expressões corporais e afetivas são consideradas aceitáveis no campo.

Essas regulações não são neutras: elas se relacionam à forma como o esporte é debatido socialmente. O estudo de Mariante Neto et al. (2023) sobre o “caso Tiffany” mostra como a participação de atletas trans gera tensões em torno das noções de mérito e justiça esportiva, sustentadas em modelos naturalizados de corpo e desempenho. Tais discursos, que circulam amplamente na mídia e em espaços acadêmicos, reverberam também na formação profissional, influenciando expectativas sobre quem pode ocupar legitimamente determinados espaços esportivos e pedagógicos.

Nesse mesmo sentido, Santos et al. (2021) evidenciam que professores de Educação Física reconhecem sua falta de preparo para lidar com questões de gênero e diversidade, apontando lacunas significativas na formação inicial. Essa insuficiência curricular não decorre apenas da ausência de conteúdos específicos, mas do modo como a formação é estruturada, ainda fortemente apoiada em racionalidades técnico-biológicas. Assim, mesmo docentes sensíveis às demandas de inclusão encontram dificuldade para transformar suas práticas em experiências efetivamente acolhedoras.

Para Lemos (2024), os discursos públicos sobre atletas trans no Brasil são atravessados por disputas políticas sobre visibilidade, legitimidade e pertencimento. A formação profissional, nesse contexto, participa ativamente dessas disputas, pois contribui para definir quais corpos e identidades podem ser reconhecidos como esportivos. A omissão ou superficialidade com que o tema é tratado nas universidades reforça uma pedagogia do silêncio, na qual as diferenças são toleradas, mas raramente problematizadas.

Portanto, a formação inicial em Educação Física não pode ser compreendida apenas como processo técnico de capacitação, mas como um campo de produção de subjetividades e normatividades corporais. Repensar essa formação implica questionar os fundamentos epistemológicos que sustentam a área, ampliar o diálogo com as ciências humanas e sociais, e reconhecer que o corpo é também um espaço político, atravessado por relações de poder, desejo e reconhecimento. Discutir a presença de atletas trans no esporte, nesse sentido, é discutir como formamos aqueles que ensinam, treinam, avaliam e julgam corpos — e que tipo de esporte e de sociedade desejamos afirmar.

Procedimentos Metodológicos

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo, de caráter descritivo-exploratório, utilizando dados quantitativos descritivos complementares como suporte para a compreensão das percepções dos participantes. O objetivo central foi analisar de que modo discentes dos cursos de Educação Física e Ciências do Esporte percebem sua formação acadêmica para lidar com a inclusão de pessoas trans no contexto esportivo, considerando conhecimentos prévios, experiências curriculares e sentimentos de preparo profissional.

A escolha por uma abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de compreender percepções, experiências e interpretações produzidas pelos sujeitos em relação à temática investigada, possibilitando uma análise voltada às dimensões sociais, culturais e formativas presentes no contexto da Educação Física. Além disso, o estudo assume caráter descritivo e exploratório. De acordo com Gil (2007), a pesquisa descritiva busca identificar características, opiniões e comportamentos de determinado grupo social, enquanto a pesquisa exploratória é apropriada para temas ainda pouco investigados, permitindo ampliar discussões e aprofundar a compreensão sobre fenômenos emergentes.

Considerando a relativa escassez de estudos que articulem formação profissional em Educação Física e inclusão de pessoas trans no esporte (Serrano et al., 2017), esse delineamento mostrou-se adequado aos objetivos propostos, possibilitando compreender tanto tendências gerais quanto aspectos subjetivos relacionados às experiências formativas dos participantes.

Participantes

Participaram do estudo 37 discentes matriculados nos cursos de Educação Física e Ciências do Esporte (modalidade Bacharelado) de duas instituições do interior do estado de São Paulo: o Centro Universitário Einstein de Limeira (UniEinstein) e a Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas (FCA/UNICAMP).

Os critérios de inclusão foram: estar regularmente matriculado em uma das instituições mencionadas e ter cursado ao menos metade da graduação. Todos os participantes concordaram com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme as normas éticas de pesquisa com seres humanos estabelecidas pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Instrumento de coleta de dados

A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário semiestruturado, desenvolvido com base em estudos anteriores sobre gênero, esporte e formação profissional (Bento, 2008; Camilo; Rubio, 2019; Serrano et al., 2017). O instrumento foi aplicado de forma online, por meio da ferramenta Google Forms, recurso apontado por Mota (2019) como pertinente para pesquisas nas áreas das humanidades, especialmente por favorecer acessibilidade, anonimato e organização sistemática das respostas. A aplicação ocorreu entre os meses de agosto e setembro de 2024.

O questionário foi composto por 15 questões, sendo 12 objetivas — organizadas em escalas de 0 a 10 e alternativas de múltipla escolha — e 3 questões abertas, voltadas à expressão das percepções e experiências pessoais dos participantes. As perguntas abordaram três dimensões principais:

- conhecimento e contato prévio com a temática durante a graduação;
- percepções sobre justiça esportiva e participação de pessoas trans em competições;
- preparação profissional e perspectivas sobre inclusão no contexto esportivo.

Procedimentos de análise

Os dados quantitativos provenientes das questões objetivas foram organizados em planilhas eletrônicas e analisados por meio de estatística descritiva simples, utilizando frequências absolutas, relativas, médias e percentuais. Esses dados foram empregados como suporte complementar à análise qualitativa, auxiliando na identificação de

tendências gerais nas respostas dos participantes, sem pretensão de generalização estatística.

Já os dados qualitativos, oriundos das questões abertas, foram analisados com base nos pressupostos da Análise Temática propostos por Braun, Clarke e Weate (2016). Inicialmente, realizou-se uma leitura aprofundada das respostas com o objetivo de promover familiarização com o material empírico. Em seguida, foram identificados códigos iniciais relacionados às percepções sobre formação acadêmica, diversidade de gênero, inclusão esportiva e sentimentos de preparo profissional.

Posteriormente, os códigos foram agrupados por aproximação temática, permitindo a construção de eixos interpretativos mais amplos. Esse processo resultou na definição de três eixos temáticos: (1) lacunas formativas e conhecimento sobre o tema; (2) percepções sobre justiça esportiva e participação de atletas trans; e (3) desafios curriculares e perspectivas de formação inclusiva. A construção dos eixos considerou recorrências, tensões e aproximações presentes nas narrativas dos participantes.

A análise buscou articular os dados empíricos aos referenciais teóricos adotados ao longo do estudo, compreendendo as percepções dos discentes não apenas como opiniões individuais, mas como construções atravessadas por discursos sociais, curriculares e culturais relacionados ao corpo, gênero e esporte.

Resultados e Discussão

O universo da pesquisa foi composto por 37 discentes dos cursos de Educação Física e Ciências do Esporte (modalidade Bacharelado) de duas instituições do interior do estado de São Paulo: o Centro Universitário Einstein de Limeira (UniEinstein) e a Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas (FCA/Unicamp). A amostra caracteriza-se majoritariamente por jovens entre 21 e 22 anos, sendo 83% provenientes de Limeira. Apenas 48% dos participantes já atuam na área, principalmente como instrutores ou estagiários em academias de musculação.

A análise dos dados permitiu identificar três eixos temáticos: **(1) lacunas formativas e conhecimento sobre o tema**, **(2) percepções sobre justiça esportiva e participação de atletas trans**, e **(3) desafios curriculares e perspectivas de formação inclusiva**. Esses eixos foram definidos com base na análise temática proposta por Braun et al. (2016), articulando-se com o referencial teórico apresentado.

Eixo 1 – Lacunas formativas e conhecimento sobre o tema

Na questão sobre o nível de conhecimento a respeito da presença de pessoas trans no esporte, a média geral foi **4 em uma escala de 0 a 10**, o que evidencia uma lacuna significativa na formação acadêmica. Tal dado reforça a constatação de Santos et al. (2021), para quem a formação docente em Educação Física permanece enraizada em paradigmas da área da Biologia e pouco aberta ao debate de gênero, reproduzindo uma visão biológica do corpo.

Na matriz curricular do ano de 2024 do curso da Unicamp, tivemos 49 matérias obrigatórias e 9 eletivas, totalizando 58 disciplinas, e os discentes da FCA só tiveram um contato superficial em 4 matérias sendo que uma delas foi eletiva, já na UniEinstein temos 61 matérias e os discentes tiveram um breve contato em apenas 3 disciplinas. Se analisarmos as duas instituições de ensino em 100% do curso, os discentes tiveram um breve e superficial contato em 5% das disciplinas nos 8º semestres de curso.

Menos da metade dos discentes (48%) declarou ter tido algum contato com o tema "atletas trans" durante a graduação, e quando isso ocorreu, foi de modo pontual — em debates eventuais ou disciplinas optativas. O **Quadro 1** mostra que apenas cerca de **5% das disciplinas** abordam conteúdos relacionados à diversidade sexual e de gênero, confirmando uma formação fragmentada e insuficiente para lidar com a pluralidade humana:

QUADRO 1 - Disciplinas que abordaram o tema

INSTITUIÇÃO	MATÉRIA	CONTEÚDO
UNIEINSTEIN	Metodologias Contemporâneas em Educação Física	Durante um debate.
	Projeto Integrador	Não especificou.
	Atletismo	Não especificou.
UNICAMP (FCA)	Handebol	Não especificou.
	Ginastica	Durante um debate, mas nada muito relevante.
	Esporte, Lazer e Sociedade	Por meio de relatos de colegas de sala.
	Mulheres e Esporte	Disciplina eletiva, abordado brevemente em alguns momentos.

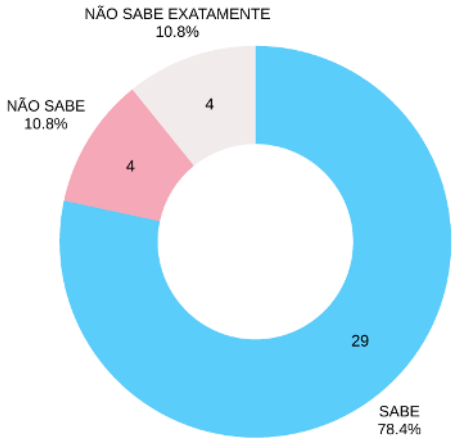
Fonte: Elaborada pelos autores.

Os dados evidenciam que as discussões sobre diversidade de gênero e inclusão de pessoas trans ainda ocupam um espaço reduzido e pouco sistematizado nas matrizes curriculares investigadas. Mais do que a ausência de disciplinas específicas, observa-se uma incorporação fragmentada e periférica da temática, geralmente limitada a debates pontuais ou abordagens superficiais ao longo da graduação.

Esse cenário sugere a permanência de uma racionalidade formativa historicamente orientada por perspectivas técnico-biológicas, nas quais questões relacionadas a gênero, sexualidade e diversidade tendem a ocupar posições secundárias no processo de formação profissional. Como consequência, os discentes demonstram dificuldades não apenas conceituais, mas também formativas, no que diz respeito à compreensão crítica das experiências de pessoas trans no esporte.

Além disso, a superficialidade com que o tema aparece nas matrizes curriculares contribui para a circulação de discursos marcados por simplificações e compreensões biologizantes sobre gênero e corpo, dificultando a consolidação de práticas profissionais mais inclusivas e sensíveis à diversidade. Esses resultados corroboram Serrano et al. (2017), que identificou a escassez de materiais e produções científicas que articulem Educação Física e transexualidade. Além disso, Lopes (2021) acrescenta que a formação docente tende a privilegiar o domínio técnico e biológico em detrimento das dimensões éticas e políticas do corpo. Essa estrutura curricular restritiva contribui para a perpetuação de práticas pedagógicas normativas e dificulta a consolidação de uma epistemologia verdadeiramente crítica e inclusiva.

GRÁFICO 1 - Você sabe o que é ser uma pessoa Transsexual?



Fonte: Elaborado pelos autores.

Na Questão 6 (“Você sabe o que é ser uma pessoa transexual? Se sim, explique com as suas palavras”), identificou-se que 29 participantes (78%) afirmaram saber o que significa ser uma pessoa trans. Entretanto, embora parte das respostas demonstre familiaridade inicial com a temática, observou-se que muitas definições ainda se estruturam a partir de compreensões biologizantes e binárias sobre gênero e corpo,

frequentemente associadas à ideia de inadequação entre "sexo biológico" e identidade de gênero.

Uma das respostas que mais sintetiza essa compreensão foi apresentada pelo participante U9:

> Não se identificar no âmbito do gênero de acordo com uma construção da sociedade que existem gêneros correlatos à sexos biológicos específicos (e que não existe mais nenhuma possibilidade). Uma pessoa transexual transcende as ideias e correlações de gênero e sexo biológico impostas pela sociedade.

A fala evidencia uma percepção crítica acerca das normas sociais de gênero, aproximando-se de discussões desenvolvidas por Bento (2008) e Butler (1990), que compreendem o gênero como construção social e performativa, produzida historicamente por mecanismos de regulação e normatização dos corpos.

Por outro lado, algumas respostas ainda associaram a experiência trans exclusivamente a procedimentos hormonais ou cirúrgicos, como observado nas falas dos participantes E5 e E23:

> "[...] não se identifica com o sexo biológico e opta por fazer a mudança de sexo de maneira cirúrgica"
> "[...] não se identifica com o seu gênero biológico e faz uma transição para o outro sexo. Algumas vezes utilizando hormônios e cirurgias".

Essas respostas revelam a permanência de compreensões marcadas por referenciais biomédicos e patologizantes acerca das identidades trans, nas quais a legitimidade da experiência de gênero aparece condicionada à realização de modificações corporais. Tal percepção reflete não apenas discursos amplamente difundidos socialmente, mas também lacunas presentes nos processos formativos da Educação Física, historicamente organizados a partir de racionalidades técnico-biológicas sobre o corpo.

Nesse sentido, Bento (2008) argumenta que a transexualidade não pode ser reduzida a critérios anatômicos ou médicos, uma vez que as experiências trans desafiam justamente a lógica binária que associa, de maneira fixa, sexo biológico, gênero e identidade. Da mesma forma, Butler (1990) problematiza a naturalização dessas categorias, demonstrando que gênero constitui uma construção social e cultural atravessada por relações de poder.

Além disso, a associação recorrente entre pessoas trans e procedimentos cirúrgicos evidencia como determinadas concepções sobre gênero continuam sendo

produzidas e legitimadas por discursos biomédicos, reforçando compreensões cisnormativas sobre quais corpos seriam considerados "verdadeiros", "adequados" ou "legítimos". Tal cenário torna-se particularmente relevante no contexto da formação profissional em Educação Física, área historicamente marcada pela centralidade atribuída às dimensões anatômicas, fisiológicas e biológicas do corpo.

Assim, os dados sugerem que a ausência de discussões sistematizadas sobre diversidade de gênero durante a formação inicial contribui para a reprodução de compreensões simplificadas e biologizantes acerca das experiências trans no esporte. Mais do que lacunas conceituais individuais, observa-se a permanência de uma formação que ainda apresenta dificuldades em incorporar perspectivas críticas sobre corpo, gênero e diversidade em seus processos curriculares e pedagógicos.

Eixo 2 – Percepções sobre justiça esportiva e participação de atletas trans

A questão sobre a justiça da participação de pessoas trans em competições esportivas revelou **posições divididas** entre os participantes: 46% consideram justa a inclusão, 43% discordam e 8% defendem a criação de uma categoria específica.

As respostas favoráveis destacaram princípios de equidade e direitos humanos. Um dos participantes (U1) afirmou que o esporte "é muito mais do que a parte física e fisiológica dos atletas", apontando para uma compreensão ampliada de justiça esportiva, conforme trecho a seguir:

> "Eu acredito que faltam muitos estudos sobre o assunto, atualmente, que eu saiba não existe nenhum estudo, que avalie se atletas trans tem vantagens/desvantagens e comprove isso com um método científico. O que existem são muitas suposições feitas com base no arcabouço biológico do corpo de cada sexo, mas não existem estudos (nem de esportes específicos) que comprovem que as características biológicas dos corpos trazem um impacto significativo nos resultados da competição. Acho que esses impactos podem mudar de acordo com a modalidade, mas de modo geral, acredito que o esporte é muito mais do que a parte física e fisiológica dos atletas, tem muito mais coisas envolvidas, e é por isso que é possível muitas vezes que a equipe chinesa de vôlei por exemplo possa ganhar da equipe russa (mesmo que as equipes apresentem características fenotípicas muito diferentes, principalmente na altura). Então, de forma geral, eu acredito que seja justo sim, talvez com a exceção de alguns esportes individuais talvez (por isso a necessidade de estudos sobre o assunto). Sinto que a transfobia impede ao âmbito acadêmico de entender que esse assunto deve ser estudado e vale pena, parece que querem que a gente viva nas suposições sobre o assunto sendo que ciência é observar e avaliar".

O argumento apresentado pelo participante evidencia uma compreensão ampliada do fenômeno esportivo, reconhecendo que desempenho e competitividade não podem ser reduzidos exclusivamente a fatores biológicos ou fisiológicos. Tal percepção tensiona leituras tradicionalmente centradas na ideia de "vantagem natural", permitindo compreender o esporte também como espaço atravessado por experiências sociais, culturais e subjetivas.

Nesse sentido, Coelho e Santos (2024), ao analisarem o documentário *Quem Pode Jogar*?, demonstram que as narrativas de atletas trans revelam experiências marcadas por pertencimento, resistência e busca por reconhecimento social. Para os autores, a presença de pessoas trans no esporte desafia interpretações simplificadas baseadas apenas em parâmetros biomédicos, ampliando a compreensão do esporte enquanto espaço de disputa simbólica sobre legitimidade, identidade e cidadania.

Por outro lado, as respostas contrárias à participação de atletas trans em competições esportivas apoiaram-se majoritariamente na noção de "vantagem biológica", argumento frequentemente mobilizado em debates públicos e midiáticos sobre inclusão esportiva. Embora apresentado sob aparência de neutralidade científica, esse discurso revela-se atravessado por compreensões normativas acerca de gênero, corpo e desempenho, reforçando perspectivas binárias sobre o esporte.

Nesse contexto, Santos (2024) observa que as recentes políticas de elegibilidade adotadas por federações esportivas internacionais têm reintroduzido critérios hormonais e justificativas biologizantes sob o argumento da "proteção da categoria feminina". Segundo a autora, tais medidas acabam reafirmando hierarquias entre corpos cis e trans, produzindo mecanismos institucionais de exclusão e reforçando disputas políticas acerca de quais sujeitos podem ser reconhecidos como legítimos no espaço esportivo.

Os dados da presente pesquisa sugerem que essas disputas também atravessam os processos de formação profissional em Educação Física. A recorrência de discursos centrados na ideia de vantagem biológica demonstra que parte dos estudantes ainda interpreta a inclusão esportiva prioritariamente a partir de referenciais anatômicos e fisiológicos, o que evidencia a permanência de racionalidades técnico-biológicas historicamente presentes na área.

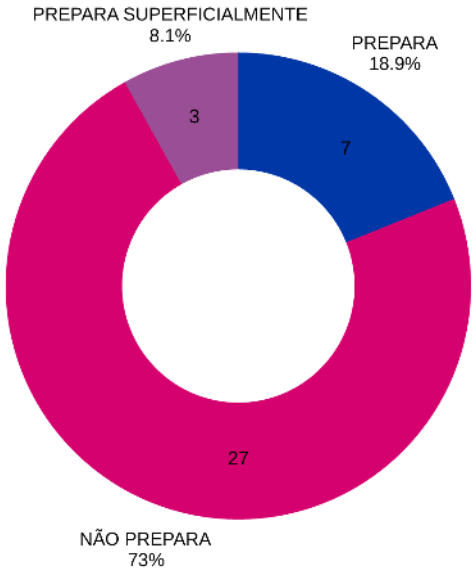
Além disso, a ausência de discussões sistematizadas sobre gênero e diversidade ao longo da formação inicial contribui para a reprodução de compreensões simplificadas acerca da justiça esportiva. Mais do que divergências individuais de opinião, as respostas dos participantes refletem disputas sociais mais amplas sobre corpo, pertencimento e

legitimidade, revelando como a formação acadêmica participa ativamente da produção de sentidos sobre inclusão e exclusão no esporte contemporâneo.

Eixo 3 – Formação profissional e perspectivas de inclusão

Quando questionados sobre o sentimento de preparo profissional para lidar com questões relacionadas à inclusão de pessoas trans no esporte, 73% dos participantes afirmaram não se sentir preparados para atuar diante dessa realidade. As justificativas apresentadas indicam que as discussões sobre gênero e diversidade ainda aparecem de maneira superficial, episódica e pouco sistematizada ao longo da formação inicial.

GRÁFICO 2 - Você acredita que a graduação no curso de Educação Física/ Ciências do Esporte te prepara para lidar com as questões das pessoas trans no esporte?



Fonte: Elaborada pelos autores.

As falas dos participantes evidenciam não apenas a percepção de insuficiência curricular, mas também a dificuldade institucional em incorporar o tema como parte estruturante da formação profissional em Educação Física. Os participantes E8, E10 e U1 afirmaram:

> "[...] eles dão um geral sobre tudo que você precisa saber, mas você tem que se aprofundar depois";
> "[...] acredito que por ser um assunto considerado 'polêmico' no meio conservador, não é discutido sobre";
> "[...] apesar de as disciplinas terem feito um trabalho muito bom com relação a isso, eu ainda acho muito pouco, não suficiente".

As respostas sugerem que a abordagem da temática permanece frequentemente condicionada à iniciativa individual de docentes ou estudantes, sem efetiva consolidação institucional no interior das matrizes curriculares. Tal cenário contribui para a manutenção de lacunas formativas importantes, especialmente no que diz respeito à preparação ética, pedagógica e profissional para atuação em contextos esportivos diversos.

Além disso, a caracterização do tema como "polêmico" revela como determinadas discussões ainda encontram resistências no campo da Educação Física, historicamente marcado por perspectivas normativas sobre corpo, gênero e sexualidade. Nesse contexto, o silêncio curricular não representa ausência neutra de conteúdo, mas participa ativamente da produção de invisibilidades e da manutenção de determinadas formas de compreender legitimidade corporal no esporte.

A fala do participante U7 também evidencia essa tensão:

> "[...] aprendemos a lidar com pessoas, atletas e suas diferenças, trabalhando com isso no meio esportivo, mas não diretamente com este nicho".

Embora o participante reconheça a existência de discussões mais amplas sobre diferenças e relações interpessoais no esporte, sua fala demonstra que questões relacionadas às experiências trans ainda permanecem marginalizadas ou tratadas de maneira genérica durante a formação acadêmica. Isso sugere que a diversidade é frequentemente abordada de forma abstrata, sem aprofundamento das especificidades sociais, políticas e pedagógicas que atravessam determinados grupos historicamente vulnerabilizados.

Esses achados dialogam com Santos et al. (2021), que identificaram a permanência de lacunas significativas na formação docente em Educação Física relacionadas às questões de gênero e diversidade. Segundo os autores, a ausência de espaços formativos voltados a essas discussões contribui para a reprodução de práticas cisnormativas e para a dificuldade de construção de ambientes esportivos efetivamente inclusivos.

De maneira semelhante, Lopes (2021) argumenta que a formação profissional na área ainda permanece fortemente apoiada em racionalidades técnico-instrumentais e biologizantes, nas quais debates ético-políticos sobre corpo, diferença e diversidade ocupam posições periféricas. Tal estrutura curricular tende a privilegiar dimensões

anatômicas, fisiológicas e performáticas do esporte, dificultando a incorporação de perspectivas críticas sobre inclusão e direitos humanos na formação profissional.

Essa centralidade atribuída à dimensão biológica também é problematizada por Zoboli et al. (2025), ao discutirem a regulação hormonal de atletas trans e intersexo no esporte contemporâneo. Para os autores, o controle dos corpos por meio de critérios biomédicos constitui uma forma de educação e normatização corporal, sustentada pela tentativa de produzir sujeitos compatíveis com padrões historicamente legitimados pelo esporte moderno. Tal perspectiva contribui para compreender que os discursos sobre inclusão esportiva não se restringem à dimensão competitiva, mas envolvem também disputas políticas e pedagógicas sobre quais corpos podem ser reconhecidos como legítimos no espaço esportivo.

Nesse sentido, Coelho e Santos (2024) ressaltam que as experiências de atletas trans no esporte são atravessadas por processos de resistência, pertencimento e reivindicação de reconhecimento social. Ao analisarem representações audiovisuais de atletas trans brasileiros, os autores demonstram que o esporte também pode constituir um espaço de visibilidade e produção de cidadania, tensionando estruturas historicamente excludentes.

De forma complementar, Santos (2024) observa que os debates contemporâneos sobre elegibilidade esportiva frequentemente operam a partir de discursos que reafirmam hierarquias entre corpos cis e trans, sobretudo quando políticas institucionais passam a justificar exclusões com base em critérios hormonais e biologizantes. A autora destaca, entretanto, que atletas trans têm produzido estratégias de resistência e permanência no esporte, disputando legitimidade e reconhecimento em diferentes espaços de atuação.

Assim, os dados da presente pesquisa sugerem que a insegurança relatada pelos estudantes não decorre apenas de desconhecimento individual, mas de processos formativos que ainda apresentam dificuldades em incorporar debates contemporâneos sobre gênero e diversidade como parte constitutiva da formação profissional em Educação Física. Mais do que lacunas pontuais de conteúdo, observa-se a permanência de racionalidades curriculares que historicamente priorizam determinadas concepções de corpo, desempenho e legitimidade esportiva, dificultando a consolidação de práticas pedagógicas efetivamente inclusivas.

Considerações Finais

O presente estudo teve como objetivo analisar de que modo os cursos de Educação Física e Ciências do Esporte têm preparado seus discentes para lidar com a inclusão de pessoas trans no contexto esportivo, investigando percepções, conhecimentos e limitações formativas a partir da visão de estudantes de duas instituições do interior do estado de São Paulo.

Os resultados evidenciaram que as discussões sobre gênero e diversidade ainda ocupam um espaço reduzido, fragmentado e pouco sistematizado nas matrizes curriculares investigadas. Embora parte dos participantes demonstre familiaridade inicial com a temática, observou-se a permanência de compreensões marcadas por perspectivas biologizantes e binárias sobre corpo e gênero, especialmente nos debates relacionados à legitimidade esportiva e à participação de atletas trans em competições.

Além disso, os dados indicaram que a maior parte dos estudantes não se sente preparada para atuar profissionalmente diante de questões relacionadas à inclusão de pessoas trans no esporte. As falas dos participantes revelaram percepções de superficialidade curricular, ausência de aprofundamento teórico e dificuldades institucionais em incorporar discussões sobre diversidade como parte estruturante da formação profissional em Educação Física.

Nesse contexto, os achados da pesquisa sugerem que as lacunas identificadas não decorrem apenas da ausência pontual de conteúdos específicos, mas da permanência de racionalidades formativas historicamente orientadas por perspectivas técnico-biológicas sobre o corpo. Tal estrutura tende a privilegiar dimensões anatômicas, fisiológicas e performáticas do esporte, dificultando a incorporação de debates ético-políticos relacionados a gênero, diversidade e direitos humanos nos processos formativos da área.

As análises desenvolvidas ao longo do estudo também evidenciaram que os discursos sobre inclusão esportiva ultrapassam discussões estritamente fisiológicas ou competitivas, envolvendo disputas sociais, culturais e políticas sobre pertencimento, legitimidade e reconhecimento corporal no esporte contemporâneo. Nesse sentido, debates sobre atletas trans não podem ser compreendidos apenas como questões regulatórias, mas também como expressões das formas pelas quais o esporte e a Educação Física historicamente produziram mecanismos de controle, normatização e hierarquização dos corpos.

Os referenciais de Santos et al. (2021), Lopes (2021), Coelho e Santos (2024), Santos (2024) e Zoboli et al. (2025) contribuíram para compreender que a formação profissional em Educação Física participa ativamente da produção de sentidos sobre corpo, gênero e legitimidade esportiva, influenciando diretamente as possibilidades de construção de ambientes esportivos mais inclusivos e democraticamente orientados.

Dessa forma, torna-se fundamental ampliar e sistematizar discussões sobre gênero, diversidade e inclusão nas matrizes curriculares dos cursos de Educação Física e Ciências do Esporte, promovendo processos formativos que articulem dimensões técnicas, pedagógicas, éticas e sociais da atuação profissional. Mais do que incorporar conteúdos isolados, trata-se de repensar criticamente os próprios fundamentos epistemológicos que sustentam a formação na área.

Experiências pedagógicas voltadas à incorporação de debates sobre gênero e diversidade na formação inicial em Educação Física demonstram que tais discussões podem contribuir significativamente para a construção de práticas profissionais mais críticas e inclusivas. Prado (2020), por exemplo, descreve a inserção de estudos de gênero e teoria queer em disciplinas de uma universidade pública brasileira, utilizando aulas expositivas, debates, materiais audiovisuais e discussão de produções científicas como estratégias pedagógicas. Segundo o autor, os estudantes participantes reconheceram que essas experiências contribuíram não apenas para sua formação profissional, mas também para reflexões éticas, sociais e humanas relacionadas à diversidade no contexto educacional e esportivo.

Além disso, a experiência relatada por Prado (2020) evidencia que a ampliação dessas discussões no ambiente universitário pode estimular iniciativas protagonizadas pelos próprios estudantes, fortalecendo processos de diálogo, formação crítica e circulação de conhecimentos sobre gênero e diversidade no interior da Educação Física. Tais experiências demonstram que a inclusão dessas temáticas nas matrizes curriculares não deve ser compreendida como elemento periférico ou complementar, mas como dimensão constitutiva da formação profissional contemporânea.

Por fim, compreende-se que discutir a presença de pessoas trans no esporte significa também discutir quais corpos são reconhecidos como legítimos nos espaços esportivos e educacionais. Nesse cenário, a Educação Física possui papel central na construção de práticas profissionais comprometidas com o reconhecimento das diferenças, com os direitos humanos e com a consolidação de ambientes esportivos mais plurais, inclusivos e socialmente responsáveis.

Referências

BARROS, Irene; GOMES, P., PEREIRA, A. L.; BATISTA, P. Experiências prévias na (re) configuração da identidade profissional: um estudo como estudantes estagiários de educação física. **Agora para la educación física y el deporte,** 2012, N.3, p.303-319, 2012.

BENTO, B. **O que é Transexualidade?.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008. Disponível em: https://democraciadireitoegenero.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/07/bento-berenice-o-que-c3a9-transexualidade2008.pdf. Acesso em 15 set. 2024.

BRAUN, V.; CLARKE, V.; WEATE, P. **Using Thematic Analysis in Sport and Exercise Research**. Routledge Handbook of Qualitative Research in Sport and Exercise, 2016.

BUTLER, Judith; Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity. **Gender trouble**, v. 3, n. 1, p. 3-17, 1990.

CAMILO, J. A. de O.; RUBIO, K. **Psicologia Social do Esporte**. São Paulo: Editora Laços, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Katia-Rubio/publication/333486343_Psicologia_Social_do_Esporte/links/5cefecec92851c4dd01ba9e6/Psicologia-Social-do-Esporte.pdf#page=39. Acesso em: 19 nov. 2023.

CASTRO, Pedro Henrique Zubcich Caiado de; GARCIA, Rafael Marques; PEREIRA, Erik Giuseppe Barbosa. O voleibol e a participação de atletas trans: outro ponto de vista. **Motrivivência**, v. 32, n. 61, 2020.

COELHO, Gabriel Felipe Silva; DOS SANTOS, Doiara Silva. "Quem pode jogar?": atletas trans brasileiros em tela. **Pensar a Prática**, v. 27, 2024.

COI**. Framework on fairness, inclusion and non-discrimination on the basis of gender identity ans sex variations**. International Olympic Committee. 2021.

Disponível em: https://olympics.com/ioc/news/ioc-releases-framework-on-fairness-inclusion-and-non-discrimination-on-the-basis-of-gender-identity-and-sex-variations. Acesso em: 15 de nov. 2024.

COI. **Statement of the Stockholm consensus on sex reassignment in sports. International Olympic Committee**. 2003. Disponível em: https://stillmed.olympic.org/Documents/Reports/EN/en_report_905.pdf. Acesso em 27 de nov. 2023.

CRUZ, M. M. S.; REIS, N. S.; CARVALHO, S. C. dos S.; MEDEIROS, A. G. A. Formação profissional em educação física: história, avanços, limites e desafios. **Caderno de Educação Física e Esporte, Marechal Cândido Rondon**, v. 17, n. 1, p. 227–235, 2019. DOI: 10.36453/2318-5104.2019.v17.n1.p227. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/cadernoedfisica/article/view/20408. Acesso em: 20 out. 2025.

DARIDO, Suraya Cristina. Teoria, prática e reflexão na formação profissional em Educação Física. **Motriz Revista de Educação Física**, p. 124-128, 1995.

GARCIA, Rafael Marques; PEREIRA, Erik Giuseppe Barbosa. A opinião de atletas e treinadores de voleibol sobre a participação de mulheres trans. **Movimento**, v. 26, p. e26068, 2020.

GERAQUE, E. **Justiça e inclusão desafiam a vida esportiva das atletas transgênero.** Jornal UNESP. 12 jul. 2022. Disponível em: https://jornal.unesp.br/2022/07/12/justica-e-inclusao-desafiam-a-vida-esportiva-das-atletas-transgenero/. Acesso em: 18 nov. 2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A educação dos corpos, dos gêneros e das sexualidades e o reconhecimento da diversidade. **Cadernos de formação RBCE**, v. 1, n. 2, 2010.

HEGGIE, V. Testing sex and gender in sports; reinventing, reimagining and reconstructing histories. **ScienceDirect**. 2010. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0160932710000670?via%3Dihub. Acesso em: 20 outubro. 2025.

JAEGER, Angelita Alice; VENTURINI, Ivana Vedoin; OLIVEIRA, Myllena Camargo de; VALDÍVIA-MORAL, Pedro; SILVA, Paula. FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA: HOMOFOBIA, HETEROSSEXISMO E AS POSSIBILIDADES DE MUDANÇAS NA PERCEPÇÃO DOS(AS) ESTUDANTES. **Movimento**, [S. l.], v. 25, p. e25040, 2019. DOI: 10.22456/1982-8918.88681. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/88681. Acesso em: 20 out. 2025.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. **Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião**, v. 2, p. 42, 2012.

LEMOS, Agnes. Atletas Trans no Brasil-Atores, discursos e disputas políticas no debate público. **La Manzana de la Discordia**, v. 17, n. 1, 2024.

LOPES, Diego Trindade. **A participação de atletas trans no voleibol: analisando os discursos de técnicos e atletas**. Dissertação (Mestrado). 61f. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

LOVISOLO, Hugo. **Educação Física: a arte da mediação**. Sprint, 1995.

MARIANTE NETO, Flávio Py; PACHECO, Ariane Corrêa; GAIO, Adrielle Chiesa; VASQUES, Daniel Giordani. Desestabilização da configuração esportiva contemporânea relacionada à participação de atletas transgênero: O ‘caso tifanny’ e suas tensões. **Diversidade e Educação**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 435–457, 2024. DOI: 10.14295/de.v11i2.15899. Disponível em: https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/15899. Acesso em: 20 out. 2025.

MIRAGAYA, A. **As mulheres nos Jogos Olímpicos participação e inclusão social**. In: RUBIO, K. (Org.). Megaeventos Esportivos, Legado e Responsabilidade Social. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. Disponível em: http://www.sportsinbrazil.com.br/livros/as_mulheres_jogos_olimpicos.pdf. Acesso em: 15 setembro. 2025.

MOTA, J. S. Utilização do Google Forms na pesquisa acadêmica. **Humanidades & Inovação**. v. 6, n. 12, p. 371-373, 2019.

PADAWER, R. **The humiliating practice of sex testing female athletes**. The New York Times Magazine. 22 jun. 2016. Disponível em: https://www.nytimes.com/2016/07/03/magazine/the-humiliating-practice-of-sex-testing-female-athletes.html. Acesso em 30 mar. 2024.

PEREIRA, P.; CONDE, R. P. **Teste de gênero acende debate antes das Olimpíadas, e Érika Coimbra quebra silêncio**. GE. 31 jan. 2021. Disponível em: https://ge.globo.com/olimpiadas/noticia/teste-de-genero-acende-debate-antes-das-olimpiadas-e-lenda-do-volei-quebra-silencio-me-livrei-do-medo-e-da-dor.ghtml. Acesso em 05 abr. 2024.

PRADO, V. M. Gêneros e sexualidades na formação inicial em educação física: experiência docente em uma universidade pública. **Cadernos de Formação RBC**E, 2020. Disponível em: http://revista.cbce.org.br/index.php/cadernos/article/view/2399. Acesso em: 8 out. 2024.

SANTOS, Ana Lúcia. Pessoas trans no desporto: regras de elegibilidade, desafios e resistências. **La ventana. Revista de estudios de género**, v. 7, n. 59, p. 388-425, 2024.

SANTOS, Mariana Carvalho; MARQUES GARCIA, Rafael; IWAMOTO, Thiago Camargo; PEREIRA, Erik Giuseppe Barbosa. O DISCURSO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA SOBRE ATLETAS TRANS NO ESPORTE. **Diversidade e Educação**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 545–573, 2024. DOI: 10.14295/de.v9i2.13281. Disponível em: https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/13281. Acesso em: 26 out. 2025.

SERRANO, J. L.; CAMINHA, I. O.; GOMES, I. S.; Transexualidade e Educação Física: uma revisão sistemática em periódicos das ciências da saúde. **Revista Movimento**, vol. 23. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, PB, Brasil. 27 jul. 2017. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/64857/43889. Acesso em: 9 out. 2024.

SOUSA, Galdino Rodrigues; DEVIDE, F. P.; RESENDE ANDRADE, T.; RIZZUTI, E. V. A homofobia como uma das faces do bullying: análise em periódicos científicos da Educação Física. **Motrivivência**, v. 30, nº 54, 2018.

SOUZA, Elaine de Jesus; DORNELLES, Priscila Gomes; MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. Corpos que desassossegam o currículo de biologia:(des) classificações acerca de sexualidade e gênero. **Revista e-Curriculum**, v. 19, n. 1, p. 278-300, 2021.

THE LANCET. **Personal Account: A woman tried and tested**. 2005. Disponível em: https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(05)67841-5/fulltext. Acesso em 31 mar. 2024.

WEST, Candace; ZIMMERMAN, Don H. Doing gender. **Gender & society**, v. 1, n. 2, p. 125-151, 1987.

VERGUEIRO, Viviane. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. **Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero. Salvador: EDUFBA**, p. 249-270, 2016.

VIEIRA, Carmen Lúcia Nunes. **Memória, esporte e formação docente em educação física**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

ZOBOLI, F.; MANSKE, G. S.; TELES, P. S. A regulação hormonal em atletas trans e intersexo: Alguns dilemas para interpelar a educação do corpo. **RELIES: Revista del Laboratorio Iberoamericano para el Estudio Sociohistórico de las Sexualidades**, n. 13, p. 1-13, 2025.

Recebido em abril de 2026.
Aprovado em julho de 2026.

Revista Diversidade e Educação